



CÂMARA MUNICIPAL DE RIO MAIOR

ATA Nº16/2017

----- Aos vinte e cinco dias do mês de agosto do ano dois mil e dezassete, na sala de reuniões da Câmara Municipal de Rio Maior, realizou-se uma reunião ordinária da Câmara Municipal de Rio Maior, sob a presidência de Isaura Maria Elias Crisóstomo Bernardino Moraes, estando presentes os Vereadores Carlos Fernando Frazão Correia, Ana Filomena e Silva Antunes Figueiredo, Carlos Alberto Nazaré Almeida, Célia Maria Bento do Rosário Flores, e Augusto Manuel Gonçalves Figueiredo. -----

----- JUSTIFICAÇÃO DE FALTAS -----

----- A Presidente da Câmara justificou as ausências do Vereador Daniel Alexandre Pulquério Pinto, procedendo-se á sua substituição.-----

----- Pelas dez horas e cinco minutos, verificando-se a existência de quórum, a Presidente da Câmara deu início aos trabalhos da presente reunião. -----

----- Antecedendo o Período de Antes da Ordem do Dia a Presidente da Câmara leu um Agradecimento Público relativo às Sete Maravilhas de Portugal. (Anexo A)-----

----- VEREADOR CARLOS ALBERTO NAZARÉ ALMEIDA -----

----- Apresentou cumprimentos a todos os presentes.-----

----- Iniciou a intervenção referindo ser da maior justeza este Agradecimento Público a todas as pessoas que se envolveram, incluindo todos os funcionários da autarquia e que merecem esse reconhecimento. Opinou que não era fácil vencer esta Candidatura considerando a concorrência forte existente, apesar das Marinhas do Sal terem o valor que todos lhe reconhecem e desde sempre se recordava que quando visitava a Feira via logo o identificativo das mesmas na Rua 5 de Outubro, que ainda se mantém no local e que era a promoção turística da época e visitara as mesmas por essa indicação. Sobre a questão de mil novecentos e noventa e sete serem classificadas como Marinhas da Fonte da Bica é para si uma questão secundária e não lhe iria dar qualquer ênfase. Acrescentou que a promoção do ex-libris de Rio Maior perante tudo o que viram dos trabalhos apresentados, pensa que de ser uma situação de continuidade e que este trabalho feito, de que Rio Maior deve estar orgulhoso, sirva para que se alicerce uma continuidade da promoção e divulgação das valências que efetivamente existem, apesar de também ser necessário criar instrumentos que suportem essas situações o que só

será possível quando o Plano de Pormenor for uma realidade. Disse ainda que divulgar para receber pessoas também obriga a ter condições para as receber e enquanto não houver uma definição do aproveitamento do território e uma estratégia para aquela área não se terá os ganhos que efetivamente Rio Maior merece e a que aquelas pessoas têm direito considerando o que aquela mais valia representa para o concelho de Rio Maior. Disse ainda que a escolha do padrinho para a referida iniciativa foi da responsabilidade do Executivo e recordou que falara este assunto com a Senhora Presidente, pois caso se fosse para a defesa mais popular o Toy seria a opção, merecendo o reconhecimento de todos e para um processo mais erudito sugerira o Dr. Pacheco Pereira. -----

----- **VEREADOR AUGUSTO MANUEL GONÇALVES FIGUEIREDO** -----

----- Apresentou cumprimentos a todos os presentes.-----

----- Sobre esta matéria opinou que os agradecimentos daqueles que trabalham são sempre bem-vindos, particularmente quando se trata de um negócio, não devendo ser esquecido que estes concursos são para alguns ganharem dinheiro, referindo também que os carateres subjetivos são por vezes muito maiores do que os carateres objetivos das classificações, portanto não dava grande importância aos resultados. Referiu também que uma candidatura destas tem de ser bem preparada e referiu que Rio Maior não ganhou nada com o que foi transmitido no artigo que fala das Salinas da Fonte da Bica. Disse ainda que se deve ter a máxima atenção sobre os aspetos que são divulgados, opinando que as imagens não são reveladoras de mil anos de história, apesar de ser difícil concorrer com Rio de Onor, onde até os melhores trabalhos que existem sobre esta localidade, eram de um riomaiorense, António Rafael, o que obrigaria a que tudo o que Rio Maior apresentasse ou disponibilizasse tivessem uma dimensão de mil anos de história, algo que não passou em nenhum momento, frisando que as Marinhas do Sal não são só paisagem, são etnografia, cultura, história do trabalho e um caso único, o que não vira nas imagens apresentadas pela empresa, o que na sua opinião foi um elemento limitativo, como também o foi, o valor das chamadas telefónicas. Aditou que não se deve hipervalorizar algo que tem a sua dimensão, e quem gosta das Marinhas ficou triste, pois quer ganhar sempre, mas Rio Maior e as Marinhas merecem muito mais, mas para isso é preciso que a autarquia e os que lá vivem e trabalham confluam todos os esforços para que a “água corra para o mesmo rio”, não só por uma questão estratégica, como também não se deve dizer mal daquilo que é “nosso”, ou seja a autarquia, enquanto poder, devia ter uma estratégia, que com certeza teriam, de confluir o pensamento e a demonstração do que verdadeiramente lá existe, dado que são mil anos de história do trabalho. Considerou ainda que, foi um exemplo, outros virão e deve haver um trabalho de preparação, por antecipação, porque tem de ser visto o

que é feito a nível nacional no âmbito do Turismo que é um elemento decisivo do desenvolvimento das nossas regiões e Rio Maior tem que ganhar essa batalha.-----

----- **VEREADORA CÉLIA MARIA BENTO DO ROSÁRIO FLORES** -----

----- Apresentou cumprimentos a todos os presentes.-----

----- Referiu concordar que se reconheça todos aqueles que trabalham e se empenham e opinou que todos devem trabalhar no mesmo sentido, independentemente da classificação que é dada e que tem de ser respeitada, referindo que pouco lhe importava se era Marinhas do Sal ou Salinas da Fonte da Bica, considerando que o mais importante é criar sinergias e todos trabalharem no mesmo sentido tendo em vista alcançar o mesmo objetivo, pois trata-se de um espaço que é dos riomaiorenses e de todos os que o visitam e não tem que haver discórdia neste ponto e não deve haver política em redor desta matéria, considerando que conflitos em redor deste assunto poderá demonstrar algum baixo carácter e quem diz que não votou porque não se reviu no documentário apresentado demonstra que as pessoas estão a pegar em pequenas coisas, o que não deve acontecer e os autarcas enquanto tal, têm de contribuir para a revolução de mentalidades, tendo mesmo o papel de professores e dizer que essas questões são de mero pormenor, porque se assim não for nas Marinhas do Sal/Salinas, como também na cidade de Rio Maior ou num outro qualquer lugar, não se avança e não se evolui.-----

----- **VEREADOR CARLOS FERNANDO FRAZÃO CORREIA** - -----

----- Apresentou cumprimentos a todos os presentes.-----

----- Iniciou a intervenção referindo que independentemente do resultado obtido, o objetivo foi atingido, ou seja o nome de Rio Maior e das Marinhas do Sal foi divulgado. Quanto à designação também considerou ser de menor importância, dado que todos, quando se fala de sal sem mar, sabem que se está a falar das Salinas que ficam no concelho e freguesia de Rio Maior e que são únicas a nível nacional. Frisou que quando se apresenta uma candidatura tem que haver todo um trabalho prévio de preparação, assim como antes da apresentação da Gala que levou à submissão da candidatura, considerando que esta só acontece porque a candidatura foi aprovada. Disse também que, apesar de as Salinas serem consideradas por todos o “ex-libris” do concelho, são ponto de conflito constante e não deve ser esquecido que, independentemente das diversas opiniões existentes e que devem ser respeitadas, referiu não ser nada bom que pessoas diretamente ligadas com as mesmas, em vez de concordarem e apoiarem, fazerem o oposto.-----

----- **PRESIDENTE DA CÂMARA** -----

----- Antes de colocar a votação o agradecimento público lamentou que pessoas com responsabilidades políticas no concelho tenham este comportamento em relação há

confusão que queriam gerar pelo facto de lhe terem chamado as “Aldeias do Sal da Fonte da Bica, mas também percebia que não sendo pessoas naturais de Rio Maior, mas que vivem no concelho há alguns anos, não tenham a estima e o carinho pelas Salinas que os conterrâneos têm e que tanto prezam aquele ex-libris. -----

----- Terminou a intervenção agradecendo mais uma vez todo o empenho de todos os aqueles que colaboraram nesta iniciativa sendo ou não trabalhadores da autarquia, salientando também a presença da Inês Henriques no evento.-----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. --

----- Seguidamente a Presidente da Câmara leu um Voto de Louvor à Atleta Inês Henriques (Anexo B)-----

----- Sobre o Voto de Louvor apresentaram sugestões os Vereadores Augusto Manuel Gonçalves Figueiredo, Carlos Alberto Nazaré Almeida, João António Lopes Cadoso e Carlos Fernando Frazão Correia.-----

----- Antes de colocar a votação a Presidente da Câmara leu a versão final do Voto de Louvor e deu conhecimento que iria ser feita uma homenagem a Inês Henriques no dia 04 de setembro, pelas 18 horas.-----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade e aclamação** dos presentes. -----

----- Declaração de Voto do **Vereador Augusto Manuel Gonçalves Figueiredo** que se transcreve na íntegra.-----

----- “ Eu votei a favor deste Voto de Louvor por todas as razões que estão implícitas, mas gostava de colocar para reflexão coletiva a necessidade de que os agradecimentos são importantes, as medalhas são importantes, o “bater nas costas” é importante, os nomes das ruas e praças são importantes, os bustos são importantes, mas o que é importante para o futuro é aquilo que tem que ser feito agora, ou seja, não existe um Centro Nacional de Marcha Atlética e Rio Maior, particularmente este Executivo tem que agarrar e potenciar com “ambas as mãos” a criação do Centro Nacional de Formação de Marcha Atlética, porque esse é que vai garantir a subsistência dos atletas, porque não é com agradecimentos que eles vivem, particularmente os mais novos e julgo que era altura, não agora, de começar a preparar uma coisa para estes atletas. Em tempos houve uma dita embaixadora do desporto e nós hoje, podemos ter duas pessoas que devem ser embaixadores itinerantes do desporto Nacional, o que não quer dizer que aumente as despesas do Executivo. O que eu digo é que esta visão de aproveitar o momento alto do nosso desporto, e poder pôr Rio Maior mais uma vez, na centralidade da formação desportiva”.-----

----- Declaração de Voto do **Vereador Carlos Alberto Nazaré Almeida subscrita pela Vereadora Célia Maria Bento do Rosário Flores** que se transcreve na íntegra.-----

----- “Votei favoravelmente esta proposta porque de facto a Inês Henriques merece essa consideração e esse respeito pelo feito impar que teve nesta prestação. Votei ainda favoravelmente porque a Inês Henriques além de conseguir tudo isso validou, no meu entender, a aposta estratégica feita no Desporto pelo Dr. Silvino Sequeira quando convidou o Jorge Miguel para ser treinador de atletismo pago pela Câmara Municipal de Rio Maior.”-----

-----**PRESIDENTE DA CÂMARA**-----

----- De novo no uso da palavra a Senhora Presidente deu conhecimento da necessidade de realizar uma reunião extraordinária da Câmara no dia 01 de setembro, pelas dez horas, para aprovação da alteração da Minuta do Acordo de Gestão Infraestruturas de Portugal, S.A. relativo às obras de requalificação da EN 114, para posterior aprovação da Assembleia Municipal, dado que a documentação não chegou atempadamente. Após confirmação de todos os membros do Executiva ficou convocada a reunião extraordinária para o dia 01 de setembro, pelas 10 horas.-----

-----**PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA**-----

-----**APROVAÇÃO DE ATAS**-----

----- Foi colocada à discussão e votação a ata nº 12/2017, referente à reunião ordinária de 23 de junho. -----

----- Aprovada a ata nº 12/2017, por unanimidade dos presentes com direito a voto (7 votos a favor). -----

-----**DISPONIBILIDADES DE TESOURARIA**-----

----- A Câmara tomou conhecimento que as disponibilidades de tesouraria relativas ao dia anterior eram as seguintes: -----

----- Operações Orçamentais: Um milhão, seiscentos e oitenta e nove mil, duzentos e sessenta e sete euros e cinquenta e cinco cêntimos. -----

----- Operações não Orçamentais: Duzentos e vinte e nove mil, cento e vinte euros e onze cêntimos. -----

-----**ASSUNTOS PARA CONHECIMENTO**-----

-----**ENTIDADE REGIONAL DE TURISMO DO ALENTEJO E RIBATEJO – LANÇAMENTO DE CONCURSO PÚBLICO DA CONCEÇÃO DA MARCA E DA LINHA DE COMUNICAÇÃO TURÍSTICA DO RIBATEJO;**-----

----- **PROVEDORIA DE JUSTIÇA – INCOMODIDADE RUIDOSA WASH RIO – ARQUIVAMENTO DO PROCESSO;**-----

----- CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA – CONVITE PARA O ENCONTRO DE QUADROS.-----

---- A Presidente da Câmara apresentou os assuntos para conhecimento de acordo com a documentação e prestou uma breve explicação sobre os mesmos. -----

----- INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO -----

-----VEREADORA CÉLIA MARIA DO ROSÁRIO BENTO FLORES -----

----- Iniciou a intervenção referindo as obras que estão a realizar-se na Rua João de Deus, onde houve alguns problemas relativos à colocação do piso e os moradores estão a fazer queixa de que a soleira da porta está a ficar abaixo do nível do piso. -----

----- Questionou se as obras a decorrer na Escola das Marinhas do Sal, iriam estar concluídas atempadamente, de forma a não colidir com o início do ano letivo.-----

-----VEREADOR AUGUSTO MANUEL GONÇALVES FIGUEIREDO-----

----- Iniciou a intervenção referindo-se em primeiro lugar ao arquivamento. do processo da Wash Rio afirmando que a estratégia que foi encontrada para resolver um problema que deixou de ser um problema técnico e pessoal, para ser um problema político revela que, partindo para uma construção coletiva, a solução é mais segura, esperando que a mesma possa servir de exemplo. -----

---- Continuou a intervenção e relativamente ao estrangulamento da Ribeira de São Gregório, metro e meio, questionou se estavam asseguradas a segurança futura e a acessibilidade à limpeza, nomeadamente aos taludes do lado direito, considerando que o estrangulamento das linhas de água não dão bom resultado.-----

----- Relevou as obras de requalificação que estão a ser feitas, questionando também o ponto da situação das obras na rua João de Deus, que foram suspensas dado o problema com as portas, a má qualidade da calçada, e o pavimento estar irregular, o que evidencia que não se pode arrancar tudo, e devia haver ali uma atenção do ponto de vista de execução da obra.-----

----- Questionou também qual a garantia que tinham que as obras na Escola de Asseiceira estavam prontas no início do ano letivo e se assim não for questionou quais as soluções que estão a ser encontradas para colmatar a situação.-----

----- Para terminar a intervenção referiu que fizera um pedido sobre o Porto Marinho e solicitara na última reunião que lhe fosse dado por escrito informação sobre esta situação porque queria saber claramente o ponto da situação do que se passa em Porto Marinho, pois na sua opinião não havia nada pior para as “figuras públicas” do que não ser claro. Opinou que tem que haver clareza para poderem argumentar contra o que é dito, por uns e por outros, dado que não se quer entrar nesse clima, referindo que tem que ter um documento que lhe diga a atual situação, pois já lhe foi dito que o licenciamento da obra está feito há cerca de trinta anos, daí haver um conjunto de questões que não se podem

continuar a arrastar porque interferem com a vida das pessoas, situação que deve ser esclarecida rapidamente.-----

----- **VEREADOR CARLOS ALBERTO NAZARÉ ALMEIDA** -----

----- No uso da palavra referiu que a homenagem que ficara acordado fazer a Inês Henriques deve ser digna, tanto mais que entendia que a gratidão deve acontecer não só porque as pessoas são merecedoras desse reconhecimento, mas porque esse ato é também um ato pedagógico, dado que a Inês Henriques andou muitos anos e tem milhares de horas de treino para conseguir este feito e esse esforço também é partilhado com outros atletas do Clube de Natação o que deve ser enaltecido, sendo em simultâneo, um incentivo para todos, pois nada se consegue sem esforço, dedicação e trabalho, daí considerar oportuno fazer esta homenagem. Referiu ainda que sugeriu á Senhora Presidente que a decisão, dado estar-se num período eleitoral e três dos Vereadores do Executivo liderarem candidaturas, e conseguindo ser superior a tudo isso, que devia encontrar-se conjuntamente, na Reunião de Câmara, uma data consensual para fazer a homenagem, opinando que devia ser uma decisão de todo o executivo a homenagem pública a Inês Henriques.-----

----- Sobre o assunto para conhecimento relativo a Marca Ribatejo referiu que do ponto de vista estratégico tem de se pensar o futuro, mas esta marca tendo como pilares o cavalo, o touro e o campino não são pilares de grande sustentabilidade para o concelho de Rio Maior, e ainda se tivessem incluído o rio Tejo, havia o rio Maior como afluente e aí poderia arranjar-se uma oportunidade para apresentar candidaturas nessa área. Verifica que Rio Maior vai aproveitar a promoção de todo o complexo desportivo e estão sozinhos neste processo. Disse que apesar de Rio Maior estar inserido nesta área, é charneira entre o Oeste e o Ribatejo e só pela unidade destas duas realidades, Rio Maior tem centralidade e identidade diferente que permite oportunidades, quer num campo, quer no outro, mas entendia a questão no enquadramento existente. Terminou sugerindo que a Câmara acompanhe o processo de forma a aproveitar todas as oportunidades que possam surgir e se conseguissem incluir o rio Tejo, para através dessa inclusão fazer o aproveitamento das margens do rio Maior, no âmbito da valorização do território, seria uma mais-valia a nível turístico.-----

----- **VEREADORA ANA FILOMENA E SILVA ANTUNES FIGUEIREDO** -----

----- Sobre a Escola das Marinhas referiu que, apesar do curto espaço de tempo, estão a ser feitos todos os esforços para que no dia treze de setembro, na abertura do Ano Letivo, tudo esteja em condições, nomeadamente com a cobertura já posta, dado que já foi retirado todo o amianto. Também já teve iniciada a pintura e o reboco das paredes do exterior, estando também em execução a portaria e depois restam pequenos

acabamentos pontuais. Informou que as obras só começaram depois da autorização por parte do Ministério da Educação -----

----- Quanto á intervenção do Vereador Augusto Figueiredo sobre a Escola de Asseiceira informou que se realizou uma reunião interna com os serviços e discutido o assunto com o Diretor do Agrupamento de Escolas foi entendido que quando a obra estiver concluída, que será no início de outubro, far-se-á a transferência de todos os alunos do Pré-Escolar e do 1º Ciclo, mantendo-se os alunos durante o 1º período nas instalações provisórias, por questões de segurança dado a tenra idade dos mesmos.-----

----- **VEREADOR CARLOS FERNANDO FRAZÃO CORREIA** -----

----- Congratulou-se com o arquivamento do processo da Wash Rio por parte da Provedoria da Justiça e nunca a considerou como uma questão política, recordando que sempre dissera que esta questão não se resolveria na Câmara mas no Tribunal.-----

---- Sobre a rua João de Deus informou o ponto da situação, nomeadamente que foi feita a correção das cotas e não houve qualquer erro de projeto no entanto como havia problemas com a calçada o subempreiteiro abandonou a obra e os Técnicos da Câmara não aceitaram o trabalho como ele estava a ser feito, o que tem causado incómodos para os moradores e para os que lá passam e para os que lá têm o seu comércio, mas na reunião realizada esta semana com a presença da Senhora Presidente, houve o compromisso por parte do empreiteiro de recomeçar os trabalhos. -----

----- Relativamente á escola de Asseiceira referiu que em meados de outubro estará em fase de conclusão, o que irá permitir a transição dos alunos nessa data.-----

----- Quanto a Porto Marinho informou que coincidiu com o período de férias dos Técnicos da Câmara, razão pela qual ainda não há informação por escrito sobre o que o Vereador Augusto Figueiredo solicitou.-----

----- No que respeita á Ribeira de São Gregório informou que o que está a ser executado no local já estava previsto desde que foram colocado os gaviões do lado do Campo de Futebol, e, contrariamente ao que foi dito, não se verifica qualquer estrangulamento, pois no projeto inicial estava previsto uma largura de cinco metros e o que foi feito tem cinco metros e sessenta. Estas obras com o tratamento do leito do rio, vão permitir que não se verifique a infiltração de água e o desgaste das terras do lado do campo de ténis e também junto do muro onde estão instalados os painéis solares.-----

----- **PRESIDENTE DA CÂMARA** -----

----- Sobre a Wash Rio opinou que houve uma questão administrativa que envolvia principalmente privados e considerou que a Câmara foi muito além daquilo que deveria ter ido ao tentar ser mediador de uma situação entre privados, estando do lado de quem tem a responsabilidade de resolver problemas ás pessoas. Agradeceu a colaboração de todos os eleitos por se terem conseguido ultrapassar, em conjunto, diversas situações e

congratulou-se com o arquivamento do processo.-----

----- Quanto á Escola das Marinhas do Sal informou que as obras só avançaram quando houve autorização do Ministério da Educação, daí não terem começado logo que o Ano Letivo terminou e caso seja feito algum aproveitamento político da situação, dará a explicação devida.-----

----- Sobre a questão do Porto Marinho segundo informação de que dispunha, a licença fora suspensa e foi solicitado um parecer ao arqueólogo Carlos Pereira par que este se prenuncie sobre as questões que foram colocadas.-----

---- Relativamente á questão apresentada pelo Vereador Carlos Nazaré opinou concordar que possa ser emitida uma posição conjunta sobre a homenagem a Inês Henriques porque esta quando ganha a medalha de ouro não está a pensar na data das eleições. Referiu que a data que se avançara fora o quatro de setembro porque o conjunto dos representantes das diferentes entidades, querem estar presentes, colocando a data de 4 de setembro a discussão e posterior concordância. Disse também que gostariam que a referida homenagem também tivesse um momento musical.-----

----- Sobre esta matéria considera importante esta homenagem, assim como também acha importante a Susana Feitor ter o nome no Pavilhão, mas não é isso que lhe dá o “pão” -----

----- **PRESIDENTE DA CÂMARA** -----

----- Referiu que a homenagem será a Inês Henriques e também ao seu treinador, mas na presente data não iria assumir compromissos com encargos em nome da Câmara, em seu nome ou em nome da Desmor. Recordou que existe um regulamento para atribuição das medalhas. Referiu que aceitava propostas para a homenagem. Disse ao Vereador Augusto Figueiredo para apresentar propostas, mas que não lhe pedisse para assumir compromissos quer financeiros ou outros.-----

----- **VEREADOR AUGUSTO MANUEL GONÇALVES FIGUEIREDO** -----

----- Disse que a CDU sugere que seja atribuída a medalha de ouro do concelho a Inês Henriques e ao treinador Jorge Miguel e a medalha de prata ou a medalha da cidade a entregar no feriado do “dia 6 de Novembro”. Disse que o regulamento tem situações de exceção consagradas. Disse também que está na altura de, nessa homenagem, criar condições objetivas, que podem não ser decididas agora, mas que devem ser sugeridas de, a Câmara e o Executivo, assumirem perante todas as entidades que estiverem presentes, a sua disponibilidade para ser a plataforma para a criação de um Centro Nacional de Formação de Marcha Atlética. Referiu que ainda podia ir mais longe, ou seja, ser estudada a hipótese de, na rotunda que vai ser criada na EN 114, ficar um monumento alusivo á Marcha com os seus representantes mais significativos. Também sugeriu que á semelhança do que foi feito com a Susana Feitor, em que foi dado o seu nome á Pista de

Atletismo, se pense em atribuir o nome de Inês Henriques a uma Rua ou a uma Praça. Opinou que a homenagem deve valorizar a pessoa, mas também deve ser um momento de visão e promoção dos seus valores, porque a atleta, ao contrário do que muitos pensam, está há vinte e cinco anos na Marcha, sendo sempre uma mulher humilde, e nunca ninguém a viu com “má cara” por um insucesso que tivesse. Opinou que a Inês Henriques deve ser uma referência não só para Portugal, mas também para a Europa. Quanto aos embaixadores itinerantes será uma questão a avaliar posteriormente, se assim for entendido. Frisou que a dimensão da homenagem não deve ser apenas discursiva.-----

----- **VEREADOR CARLOS ALBERTO NAZARÉ ALMEIDA** -----

----- Referiu que esta situação extravasa o regulamento existente, daí defender que dever ser encontrado um modo, porque este é um momento ímpar e não está contemplado no regulamento municipal a atribuição excecional de medalhas, mas também não o estava quando a Susana Feitor ganhou amedalha e a Câmara da altura encontrou maneira de dignificar e de honrar essa situação. Opinou que iriam conseguir, independentemente do reconhecimento que lhe possa ser feito no Feriado Municipal, assim como ao Jorge Miguel e ao Clube de Natação e todas as entidades envolvidas, mas agora o importante é, este momento que todos querem que fique assinalado. Também entendia que não devia ser só uma homenagem discursiva e deve haver a entrega de algo que se mantenha para a posterioridade e que dignifique o resultado que foi obtido. Disse também que concordava, caso se queira estabelecer o compromisso de, no futuro, se dar o seu nome a uma avenida, praça ou a um monumento.-----

----- Terminou a intervenção referindo que toda esta situação deve ser devidamente ponderada e envolver todos os atletas para se conseguir encontrar o meio-termo e uma solução que dignifique e que, em relação ao passado, e em relação ao futuro traga algum equilíbrio, sugerindo talvez o compromisso com a colocação de uma estátua ou rotunda relativa á Marcha Atlética, o que lhe parecia uma sugestão abrangente e que envolve, não só a Inês Henriques, mas os atletas do passado e os atletas do futuro, dentro da imagem de Rio Maior – Cidade do Desporto. Parecia-lhe pacífico assumir, em nome da Câmara, dado a importância que tem para Rio Maior a Marcha Atlética, o compromisso de, no futuro, erigir esse monumento.-----

----- **VEREADOR JOÃO ANTÓNIO LOPES CANDOSO** -----

---- Opinou que o feito alcançado pela Inês Henriques é de âmbito mundial e atingiu um patamar que só os melhores atletas a nível mundial conseguiram, daí que o que está a ser programado para o dia 4 de setembro é uma homenagem a esse feito e assim sendo, todas as sugestões que possam engrandecer e dar dignidade a essa homenagem são

bem-vindas, embora também considere que este feito pode potenciar muitas outras oportunidades, nomeadamente a política desportiva de Rio Maior, opinando que não seria no dia 4 de setembro, o momento ideal para apresentar propostas, dado que o que pode ser feito nesse dia é homenagear dignamente a atleta pelo resultado alcançado e a que poucos podem aceder.-----

----- **VEREADOR CARLOS FERNANDO FRAZÃO CORREIA** -----

----- Opinou que o que estava em causa nesta fase é homenagear a atleta Inês Henriques, campeã mundial de Marcha Atlética. Posteriormente, numa 2ª fase, poderá ser homenageada no Feriado Municipal “6 de Novembro”, altura escolhida há muitos anos para se fazer homenagens com grande significado para o concelho de Rio Maior. Esta será uma situação pontual em que o Executivo entendeu que a referida atleta deve ter o reconhecimento do município e do concelho de Rio Maior. Sugeriu ainda, como vai haver uma reunião de Câmara Extraordinária no dia 1 de setembro, que poderá haver uma proposta para ser discutida e analisada sobre esta matéria.-----

----- **PRESIDENTE DA CÂMARA** -----

----- Disse que esta homenagem a realizar no dia 4 de setembro a Inês Henriques, caso tenha a concordância de todos os Senhores Vereadores, e que já fora previamente assumida no contacto que foi estabelecido com as diversas entidades, deveria ter acontecido logo no dia em que a atleta chega a Portugal, porque estava consigo a Vice-Presidente do Clube de Natação cuja opinião era fazer logo a homenagem, mas dado não se saber quais os compromissos que a Atleta já assumira não se poderia avançar de imediato, daí pensar-se em fazer essa homenagem numa data próxima, e para que os riomaiorenses a pudessem receber como ela merece. Assim, para esta homenagem pensaram num momento musical, com homenagem também ao Treinador Jorge Miguel e em que a Inês Henriques usará da palavra no final. Disse ainda que, caso assim seja entendido, nas palavras que irá proferir falará em nome da Câmara e do Executivo e na sua opinião, não deveria tecer considerações ou assumir outro tipo de compromissos como sugerido pelo Vereador Augusto Figueiredo. Sobre a possibilidade de assumir, um Centro de Formação ou uma outra valência, isso já fora falado após a vitória da Inês Henriques em Porto de Mós.-----

----- Todos os membros do Executivo concordaram que a homenagem à atleta Inês Henriques se realizaria no dia 4 de setembro, pelas 18 horas, no Auditório Municipal.-----

----- **ORDEM DO DIA** -----

----- **PONTO I - DESPACHO N.º 70/2017 – BENEFICIAÇÃO NA ESCOLA BÁSICA DE MARINHAS DO SAL – APROVAÇÃO DA MINUTA DO CONTRATO ;**-----

---- A Câmara Municipal deliberou ratificar o despacho n.º 70/2017, exarado pela Senhora

Presidente da Câmara no dia 16 de agosto corrente, ao abrigo do n.º 3 do artigo 35º do Anexo I aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, pelo qual se determinou a aprovação da minuta do contrato da empreitada “Beneficiação na Escola Básica de Marinhos do Sal, conforme proposto.-----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- Não foram efetuadas inscrições para intervenção. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes.-----

----- **RATIFICAÇÃO DO DESPACHO N.º 72/2017 DE 16 DE AGOSTO - AUTORIZAÇÃO PARA LANÇAMENTO DE FOGO-DE-ARTIFÍCIO, EM NOME DA UNIÃO DAS FREGUESIAS DE OUTEIRO DA CORTIÇADA E ARRUDA DOS PISÕES.** -----

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é ratificar o despacho n.º 72/2017, de 16 de agosto, ao abrigo do disposto no n.º 3 do artigo 35.º do anexo I à Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro, no qual foi autorizado o lançamento do fogo-de-artifício em Arruda dos Pisões.-----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- Não foram efetuadas inscrições para intervenção. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. ----

----- Declaração de Voto do Vereador **Carlos Alberto Nazaré Almeida, subscrita pela Vereadora Célia Maria Bento do Rosário Flores** que se transcreve na íntegra: -----

----- “Votamos favoravelmente por lealdade com o Executivo, mas entendemos que perante as situações de incêndio, perante os perigos que se apresentam, perante o desordenamento que existe, infelizmente, ao nível da floresta, devemos, culturalmente, trabalhar, de forma a que se encontre outras formas de divulgação, que não as anteriores, baseadas em fogos-de-artifício, em rebentações de material explosivo, e que independentemente daquilo que representa em termos da economia nacional, postos de trabalho, mas também sabemos o que representa como incêndio e como risco e das entidades que envolvem todo este processo, porque a responsabilidade também é do Executivo. Saliento a ousadia que teve que ter o Presidente da Junta que pôs preto no branco na documentação, assumindo inteira responsabilidade, ou seja, aquilo a que um Presidente da Junta se sujeita para servir as suas populações. E nós não queremos que um autarca faça isto, porque não é justo que o faça.”-----

----- **PONTO II – CERTIFICAR ÁREA DE CEDÊNCIA PARA O DOMÍNIO PÚBLICO, EM FONTE PINHEIRA OU FONTE PINHEIRO, FREIRIA, FREGUESIA DE RIO MAIOR, EM NOME DE SANDRA ISABEL LOPES AZENHA – PROCESSO Nº 167/2017** -----

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados

e informou que a proposta de deliberação é, em face da informação e parecer emitidos, certificar que do prédio rústico, inscrito na matriz sob o artigo 98 da secção AU, sito em Fonte Pinheira ou Fonte do Pinheiro, Freguesia e Concelho de Rio Maior, que teve origem do prédio sob o artigo 16 da secção AU, foi retirada a área de 889 m2, atualmente integrada no domínio público. -----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- Não foram efetuadas inscrições para intervenção. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. ----

---- **PONTO III – PEDIDO DE ALARGAMENTO DA CONCESSÃO DA EXPLORAÇÃO DE DEPÓSITO MINERAL DE CAULINO E QUARTZO DENOMINADO VIA-VAI – SIFUCEL, S.A. SILICAS, EM VIA-VAI – AZINHEIRA – FREGUESIA DE RIO MAIOR – PROCESSO Nº 227/2015** -----

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é, face ao parecer emitido, acolher a possibilidade de no procedimento de Revisão do Plano Diretor Municipal em curso ser equacionada a definição de novas áreas de Reserva de Expansão de Indústria Extrativa que abranjam a área em causa, ou elaborar um Plano de Pormenor, permitindo assim viabilizar a exploração, levando obviamente todos os impactes passíveis de serem avaliados (Estudo de avaliação de impacte ambiental). -----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- **VEREADOR AUGUSTO MANUEL GONÇALVES FIGUEIREDO** -----

----- Questionou se este ponto era apenas para acolher a possibilidade, considerando que foi a empresa que apresenta esta proposta que lhe é necessária para o seu desenvolvimento, mas a Câmara não decide, ou seja a aprovação da proposta vai permitir que a mesma seja tida em conta na futura revisão do PDM e os instrumentos de avaliação serão todos aplicados, também nesta situação. Indicou o sentido de voto como favorável, porque está convencido que as instituições terão o melhor rigor relativamente ao estudo de impacte ambiental, frisando que a Câmara está apenas a acolher a possibilidade de na revisão do PDM este assunto ser considerado.-----

----- **VEREADORA CÉLIA MARIA BENTO DO ROSÁRIO FLORES** -----

----- Sobre este assunto referiu que tinha o mesmo entendimento e não poderia deixar de dizer que a indústria extrativa é algo que pode trazer algumas consequências, embora considere que o estudo deve ser acolhido e de prever a possibilidade de se enquadrar na revisão do PDM que está em curso. Opinou que, provavelmente trata-se de uma situação que se vai arrastar por algum tempo e nada vai já ficar decidido, no entanto deixava um alerta no sentido de evitar situações problemáticas no futuro, pois todos se lembram do aluimento de terras no nó do IC2 com a extração das areias feitas naquela zona e o parecer emitido pelo técnico da Câmara deixara-a algo preocupada, pois no caso de

avançar e se aumentar a zona de extração de areias poderá haver colisão com estruturas e prejuízo para os moradores e para toda a cidade de Rio Maior, no enquadramento paisagístico, daí concordar que seja feito o estudo do impacte ambiental e que o mesmo seja devidamente ponderado, porque apesar das condições sociais e económicas serem muito importantes, também se tem de pensar que também há outros valores também importantes que se levantam.-----

----- **VEREADOR CARLOS ALBERTO NAZARÉ ALMEIDA** -----

----- Referiu que todo este processo se começa a partir de um ofício da Direção Geral de Energia e Geologia, de 21 de abril, referindo que havia uma questão que ultrapassava a própria Câmara, ou seja, o Senhor Secretário de Estado da Energia, decide no território de Rio Maior, como muito bem entende. Referiu que não estava em causa o valor estratégico que as explorações têm para Rio Maior, os postos de trabalho que isso representa e o valor económico e a mais-valia que deixam localmente, no entanto considerava que estas questões do Poder Local deveriam ser assumidas pela Administração Central, com respeito, porque a Câmara tem competência para aprovar os Planos Diretores Municipais e os Planos de Pormenor e outros, não se entendendo a razão de, posteriormente, não os poder gerir. Terminou a intervenção opinando que enquanto o PDM de Rio Maior não avançar, do ponto de vista estratégico, também se está muito limitado e as Câmaras devem unir esforços no sentido de serem as mesmas as gerir o espaço e os interesses económicos que aí se podem colocar, pois trata-se de território concelhio e é também a forma de servir a população. Disse que o seu sentido de voto seria a abstenção, dado a forma como a Administração Central trata os autarcas e pela forma como gere a Administração do Território.-----

----- **VEREADOR CARLOS FERNANDO FRAZÃO CORREIA** -----

----- Começou por subscrever as palavras do Vereador Carlos Nazaré sobre esta matéria e informou que esteve numa reunião realizada na CCDRLVT sobre o Plano de Pormenor da Assimagra, onde foi decidido emitir um parecer favorável condicionado a uma série de correções e, na sua opinião, todo o trabalho que foi desenvolvido ao longo de mais de seis anos, para a elaboração de um Plano de Pormenor para a zona ainda estava condicionado e concluíra que de que daqui por muitos anos ainda se continuará a falar do assunto. Aditou que as revisões dos Planos Diretores Municipais, independentemente de quem esteja no governo parece ser um problema sem resolução á vista e lamentava que os técnicos dos municípios e de outros organismos não consigam saber qual a linha orientadora. Sobre a proposta em discussão trata-se de a Câmara incluir na revisão do PDM esta pretensão da empresa e informou que o prazo apresentado no ofício não era vinculativo.-----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por maioria** dos presentes com duas abstenções dos Vereadores Carlos Alberto Nazaré Almeida e Célia Maria Bento do Rosário Flores. -----

----- Declaração de Voto do Vereador **Carlos Alberto Nazaré Almeida, subscrita pela Vereadora Célia Maria Bento do Rosário Flores** que se transcreve na íntegra: -----

----- “Abstivemo-nos porque consideramos que esta não é a melhor forma de administrar o território e defendemos as empresas, defendemos os interesses económicos, desde que eles sirvam efetivamente o concelho e não é este o processo. A Administração Central tem que delegar nos municípios essas competências de forma a que se possa avaliar corretamente estes processos, pelo que é essencial que os Planos Diretores Municipais sejam alterados rapidamente e fiquem eficazes.”-----

----- Declaração de Voto do Vereador **Augusto Manuel Gonçalves Figueiredo**, que se transcreve na íntegra: -----

----- “ Nós votamos favoravelmente porque não queremos excluir ninguém e aqui não é mais do que uma pretensão de acolher a possibilidade de, que, no Plano Diretor Municipal, possa ser considerado o alargamento desta exploração. Também porque eu vinculo-me á decisão de serem pedidos os elementos obrigatórios, segundo a Lei, desde o PDM ou alternativas, o estudo ambiental e estarão salvaguardadas todas as hipóteses de não prejuízo do nosso meio ambiente ou da nossa política de solos, sendo que a revisão do PDM não é só uma panaceia, a atual situação é que é uma panaceia no País inteiro, porque hoje a política de solos e do Ordenamento do Território é das fontes de maior riqueza imobiliária do país.”-----

----- **PONTO IV – AVALIAÇÃO DE PRÉDIO URBANO – ARTIGO 76º E SEQUENTES DO CÓDIGO DO IMI – PETIÇÃO DE NOME DE ERNESTO FRÓIS RAFAEL**-----

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é concordar com a avaliação efetuada pela Autoridade Tributária e Aduaneira para o prédio urbano inscrito na matriz sob o artigo 10585 da Freguesia de Rio Maior, propriedade do Sr. Vítor João da Conceição Santos, no valor de 139.260,00€ (cento e trinta e nove mil duzentos e sessenta euros).-----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- Não foram efetuadas inscrições para intervenção. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. --

----- **PONTO V – PLANO ESTRATÉGICO DE DESENVOLVIMENTO URBANO - REQUALIFICAÇÃO DA PRAÇA DO COMÉRCIO E ZONA ENVOLVENTE - NÃO ADJUDICAÇÃO - REVOGAÇÃO DA DECISÃO DE CONTRATAR;**-----

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos

disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é, considerando a informação emitida, deliberou não adjudicar o procedimento em apreço nos termos da alínea a) do n.º 1 ao art.º 79º do CCP e revogar a decisão de contratar ao abrigo do n.º 1 do art.º 80º do mesmo código.-----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- Não foram efetuadas inscrições para intervenção.-----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. --

----- **PONTO VI – ANULAÇÃO DE EXECUÇÃO FISCAL EM NOME DE RUTE MAFALDA RODRIGUES MADEIRA**-----

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é, nos termos da informação emitida, proceder à anulação do processo de execução fiscal, referente aos consumos do mês de Maio/2017, da consumidora Rute Mafalda Rodrigues Madeira., não havendo lugar ao pagamento de quaisquer juros ou custas. -----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- Não foram efetuadas inscrições para intervenção.-----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. -

----- **PONTO VII – REALIZAÇÃO DE PROVA DESPORTIVA - CIRCUITO DE CICLISMO DE RIO MAIOR – ASSOCIAÇÃO FÍSICO CULTURAL DA RIBEIRA DE SÃO**-----

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é deferir o pedido para a Prova Desportiva, denominada “Circuito de Ciclismo de Rio Maior” a realizar no dia 27 de agosto de 2017, condicionada ao cumprimento das normas legais aplicáveis e dos pareceres emitidos, bem como a isenção do pagamento das taxas. -----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- Não foram efetuadas inscrições para intervenção.-----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes.---

----- **PONTO VIII – AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS PARA A REALIZAÇÃO DE TRANSPORTES ESCOLARES – CIRCUITOS ESPECIAIS ESCOLARES PARA O ANO LETIVO 2017/2018 AOS ALUNOS DO 1º CEB E DO PRÉ-ESCOLAR – APROVAÇÃO DE MINUTA DE CONTRATO** -----

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é, face ao teor da informação emitida, deliberou aprovar a minuta do contrato para a aquisição de serviços para realização de transportes escolares - circuitos especiais escolares para o ano letivo 2017/2018 aos alunos do 1º CEB e do Pré-Escolar, conforme proposto. -----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- Não foram efetuadas inscrições para intervenção.-----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por maioria** dos presentes, com uma abstenção do Vereador Augusto Manuel Gonçalves Figueiredo.-----

----- Declaração de Voto do Vereador **Carlos Alberto Nazaré Almeida, subscrita pela Vereadora Célia Maria Bento do Rosário Flores** que se transcreve na íntegra: -----

----- “Votamos favoravelmente esta proposta no sentido de que as crianças não fiquem sem o necessário transporte, no entanto este processo está a ser um custo da autarquia e no meu entender deveria ser um custo da Administração Central porque quando fechámos as escolas a favor dos Centros Educativos, política apoiada e incentivada pelo Governo que encerrava as escolas que não tivessem um determinado número de alunos, as economias de escala foram para o Ministério da Educação e era justo que o custo do transporte necessário das crianças dessas localidades para os novos Centros Educativos, que serviu a política da Administração Central, fossem suportados pela mesma, já que as autarquias tiveram que suportar grande parte do custo dos Centros Educativos.-----

----- Declaração de Voto do Vereador **Augusto Manuel Gonçalves Figueiredo** que se transcreve na íntegra: -----

----- “Abstivemo-nos para manter a posição política que temos assumido, ou seja sobre esta questão há muito tempo que nós alertamos para o protocolo assumido com as noventa e oito Câmaras, primeiro e depois com as cento e três, foi com muita boa intenção que eles aceitaram, mas hoje Rio Maior paga oitenta por cento dos transportes e nós não estamos de acordo com esta política.”-----

----- **PONTO IX – ELEIÇÃO DOS ÓRGÃOS DAS AUTARQUIAS LOCAIS 1 DE OUTUBRO DE 2017 – COMPENSAÇÃO PECUNIÁRIA AOS MEMBROS DAS MESAS;**-----

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e A Câmara Municipal delibera, nos termos da informação emitida, autorizar a transferência para as Juntas de Freguesia, no montante total de 7.750,00 € (sete mil, setecentos e cinquenta euros), no âmbito da Eleição dos Órgãos das Autarquias Locais a realizar no dia 1 de outubro de 2017. -----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- **VEREADOR AUGUSTO MANUEL GONÇALVES FIGUEIREDO** -----

----- Referiu que continuam a lamentar que a compensação pecuniária aos membros das mesas tenha baixado, considerando que do ponto de vista idiossincrático do Poder, que desvaloriza a democracia e esta tem custos e não é aceitável que tenha sido reduzido o valor, por questões meramente populistas, sendo certo que a situação ideal seria por exercício da cidadania, mas não é com a redução feita que se consegue dignificar a democracia, mas, apesar de votar favoravelmente teria de deixar o mesmo registo que sempre faz sobre esta matéria.-----

----- Informou que o seu partido vai apresentar na Assembleia da República uma proposta de Lei para que estes apoios tenham outras dimensões.-----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. –

----- Declaração de Voto do Vereador **Carlos Alberto da Nazaré Almeida subscrita pela Vereadora Célia Maria Bento do Rosário Flores, Vereador Carlos Fernando Frazão Correia e Presidente da Câmara**, que se transcreve na íntegra: -----

-----“Votei favoravelmente esta proposta de transferência de verbas por que tem que ser feita, embora não concorde que o exercício da essência da democracia, a expressão da vontade das populações, que quem está nas mesas, e eu sou do tempo em que era um privilégio servir, que o serviço da democracia tenha que ser pago. É lamentável que muitas vezes, a disputa para estar nas mesas, não se faça pelo sentido de servir, ainda que ideologicamente, mas que se faça pela necessidade do dinheiro e muito mal fica a nossa democracia neste aspeto.”-----

----- **PRESIDENTE DA CÂMARA** -----

----- Nos termos do nº 5 do artigo 27º do Regimento de Funcionamento da Câmara Municipal, propôs a aprovação em minuta dos assuntos aprovados na presente reunião.-----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. –

-----**INTERVENÇÃO DO PÚBLICO** -----

----- Não foram efetuadas inscrições para intervenção.-----

----- **ENCERRAMENTO** -----

----- Quando eram doze horas e dez minutos, a Presidente da Câmara Municipal deu por encerrados os trabalhos da presente reunião, da qual, e para constar, se lavrou minuta parcial para efeitos imediatos e a presente ata que vai ser apresentada na reunião seguinte para aprovação global, assinada pela Presidente da Câmara e por mim, Maria da Luz Carreira Farelo, Coordenadora Técnica, que a redigi.-----

A PRESIDENTE DA CÂMARA: _____

A COORDENADORA TÉCNICA: _____